



**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS  
CNPJ: 01.616.269/0001-60**

**REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2020 - TOMADA DE PREÇOS  
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. TOMADA DE PREÇOS. ANÁLISE JURÍDICA DO TEXTO DA MINUTA DO EDITAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS (MA). POSSIBILIDADE LEGAL. LEI Nº 8.666 DE 1993. APROVAÇÃO.**

**PARECER**

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), na qual se requer análise jurídica da legalidade do texto da minuta de Edital e seus anexos, da **Tomada de Preços referente ao Processo Administrativo nº 055/2020** objetivando a **contratação de empresa para prestação de serviços recuperação de estradas vicinais no município de Davinópolis (MA).**

Instruíram os autos com: a) Ofício informando a necessidade da aquisição dos serviços; b) Projeto Básico; c) Solicitação de Dotação Orçamentária; d) Informação de Disponibilidade Orçamentária; e) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira; f) Autorização da Autoridade Competente; g) Minuta do Edital, do Contrato e anexos, h) Relatório de Justificativa.

Em seguida, os autos foram enviados a esta ASSEJUR para análise e aprovação da Minuta do Edital nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**É o que competia relatar. Opina-se.**

Primeiramente, destaque-se que compete a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Consultoria examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira. Ademais, destaque-se que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por esta Consultoria Jurídica. Ou seja, o presente opinativo apresenta natureza obrigatória, porém não vinculante.

Fixada essa premissa, verifica-se que o presente processo trata de contratação de empresa para prestação de serviços recuperação de estradas vicinais no município de Davinópolis (MA).



**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS  
CNPJ: 01.616.269/0001-60**

A contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, Tomada de Preços, do tipo menor preço por lote, com fulcro no art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93, *verbis*:

**“Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação”.**

Assim, em conformidade com a determinação legal alhures, o limite de valor previsto para a execução do objeto a ser licitado permite a realização do certame na modalidade de tomada de preços, nos termos do artigo 23, I, 'b', da Lei 8.666/93, atualizado pelo Decreto 9.412, de 18/06/2018:

**“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:**

**I - para obras e serviços de engenharia:**

**a) convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);**

**b) tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);**

**c) concorrência: acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais)”**

O procedimento licitatório foi instaurado por autorização da autoridade competente, em conformidade com o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993.

Consta nos autos Projeto Básico com justificativa da necessidade da contratação. Verifica-se ainda as planilhas de estimativa de preço do objeto a ser licitado, objetivando dispor de estimativa do valor da contratação, chegando-se ao valor estimado de **R\$ 232.842,06 (duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e seis centavos)**, conforme quadros demonstrativos, bem como para posterior verificação da aceitabilidade da menor oferta apresentada com os preços praticados no mercado por ocasião do julgamento das propostas, em conformidade com o que estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei de Licitações.

Consta dos autos a indicação dos recursos necessários para fazer face às despesas da contratação, em obediência ao que preceitua o art. 14, caput, da Lei nº 8.666, de 1993.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS**  
**CNPJ: 01.616.269/0001-60**

No que tange a obediência ao art. 38, p. único da Lei n. 8.666/93, mister aduzir que a elaboração do edital, ou ato convocatório, é atividade de elevada importância e deverá possuir amplo caráter de legalidade. É nele que serão estipuladas as regras que se aplicarão à disputa: desde critérios de habilitação e classificação, a preço, pagamento, sanções, demais regras procedimentais, e minuta do contrato administrativo que será firmado com o vencedor.

Desta forma, após análise do Edital observa-se que o mesmo encontra-se dentro das exigências legais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, uma vez que apresenta:

- a) *objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;*
- b) *prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;*
- c) *sanções para o caso de inadimplemento;*
- d) *local onde poderá ser examinado e adquirido o edital e seus anexos;*
- e) *condições para participação na licitação e forma de apresentação das propostas;*
- f) *critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;*
- g) *locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;*
- h) *o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso;*
- i) *critério de reajuste;*
- j) *condições de pagamento;*
- k) *instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;*
- l) *condições de recebimento do objeto da licitação;*
- m) *outras indicações específicas ou peculiares da licitação.*

Desse modo, a minuta do Edital apresentado preenche os requisitos acima demonstrados.

No que tange a análise da Minuta do Contrato, observa-se que o mesmo estabelece com clareza e precisão as condições para sua execução, através de cláusulas expressas que vem a definir as obrigações e responsabilidades das partes. Além disso, observa-se ainda que a minuta também está de acordo com o art. 54 e seguintes da lei retro mencionada, uma vez que se faz presente:

- a) *o objeto e seus elementos característicos;*
- b) *o regime de execução ou a forma de fornecimento;*
- c) *o preço e as condições de pagamento;*



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS**  
**CNPJ: 01.616.269/0001-60**

- d) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- e) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- f) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- g) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- h) os casos de rescisão;
- i) o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- j) a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor;
- k) a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- l) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Dessa forma, o objeto da licitação em análise se adequa perfeitamente a modalidade pretendida. Além disso, o processo licitatório guarda observância aos elementos contidos no artigo 40 (normas concernentes ao ato convocatório da licitação) e seguintes, todos da Lei nº 8.666, de 1993.

**CONCLUSÃO**

Desse modo, opina esta ASSEJUR que seja dado continuidade ao processo licitatório, uma vez que a Minuta do Edital, Contrato e seus anexos encontram-se aprovadas nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

S.m.j., é o parecer opinativo.

**Davinópolis (MA), 27 de maio de 2020.**

  
\_\_\_\_\_  
**RADIGE RODRIGUES BARBOSA**  
**ASSESSORA JURÍDICA**  
**OAB/MA 4403**